



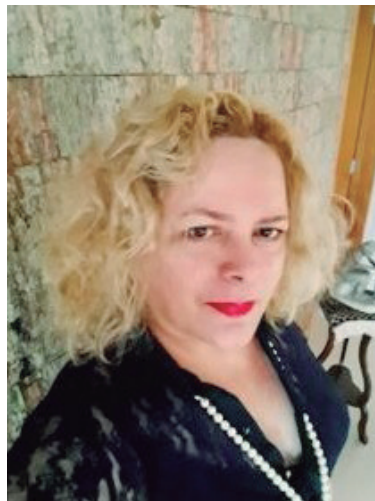
## DOSSIÊ

# DIREITO À SAÚDE MENTAL E O CUIDADO EM LIBERDADE: SABERES E PRÁTICAS

## EDITORIAL



Maria de Nazareth R  
Malcher



Adelma Pimentel



Hernani Pereira dos Santos

O Dossiê *Direito à saúde mental e o cuidado em liberdade: saberes e práticas* comunica experiências de serviços de pesquisadoras e pesquisadores e de profissionais, nacionais e internacionais, que atuam em Universidades e em cenários diversos de cuidado, tendo como loco de reflexão a atenção em saúde mental no território, priorizando a clínica ampliada e a desinstitucionalização.

É um produto da III edição da escola Fraco e Franca Basaglia no Brasil e da VI **Congresso Internacional Franca and Franco Basaglia School, ocorrido em Belém, Pará, em maio de 2025**, numa parceria entre Brasil e Itália, com parcerias interinstitucionais do Departamento de Saúde Mental de Trieste/ Itália; a Universidade de São Paulo; a UNIFESP; a Faculdade de ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília; e a Universidade Federal do Pará, por meio do Programa de Pós-graduação em Psicologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas que foi anfitrião do evento. Além de integração com profissionais de diferentes dispositivos das políticas públicas, comunidade acadêmica, usuários e familiares dos serviços.

A relevância e legado deste dossiê consistiu em honrar e divulgar saberes relacionados às produções científicas na forma de práticas estabelecidas e reconhecidas no Sistema Único de Saúde (SUS) e em instituições italianas, como o reconhecimento de que a desinstitucionalização deve ser superada e o cuidado reinventado nos dispositivos de cuidado comprometidos com a liberdade e a dignidade das pessoas em sofrimento psíquico. Como Basaglia referiu compreender que no cuidado, a doença deve estar entre parênteses na relação com a pessoa.

Há uma configuração internacional no Dossiê, pois os textos que o compõem são caracterizados pela cooperação entre Brasil e Itália, por meio de Trieste; também pela heterogeneidade, envolvendo diferentes gêneros científicos: artigos de pesquisa, ensaios teóricos e relatos de experiência.

As autoras e os autores são oriundos das diversas regiões geográficas do Brasil, sendo que temos recortes temáticos que examinam as tecnologias de inclusão, de desinstitucionalização e de cuidado em liberdade; as estratégias do modelo de reabilitação psicossocial da política de saúde mental brasileira, estratégias inovadoras de saúde mental, e o paradigma internacional centrado na pessoa, em *Recovery* e direitos humanos.

Destacamos em Roberto Mezzina a descrição do processo histórico de Franco Basaglia na construção do paradigma do cuidado em saúde mental na comunidade, em liberdade e sob o enfoque aos direitos humanos. Com o título *De Franco Basaglia à saúde mental comunitária: rumo a uma mudança de paradigma*, ingressamos nos pressupostos que tornaram representativos em nossa política brasileira;

Hélio Moreira contextualiza o processo das instituições totais e as vulnerabilidades associadas a cenários como por exemplo de pessoas em restrição de liberdade, Sob o título, *Saberes, práticas e garantias de proteção dos direitos humanos no contexto das vulnerabilidades sociais* nos estimulam a refletir sobre a vivência do encarceramento e luta por direitos humanos;

Lemos e Pinheiro escreveram *Resistências dos corpos-territórios ao projeto de dominação da díade natureza-cultura como dispositivo de segurança da modernidade*, com amplitude teórica e uma aposta política mais radical, pois se recusam a abordar a saúde mental de forma dissociada das

condições materiais e simbólicas que produzem o sofrimento. O território focalizado é um lugar de enunciação específico e politicamente situado: a Amazônia, simultaneamente tomada como corpo-território e como episteme. Desta forma, ilustram a experiência em primeira pessoa de pesquisadores/ docentes que conectam sua prática pedagógica com estudantes quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiar, elaborando reflexões ecofeministas e decoloniais – uma recusa ao etnocentrismo que historicamente situa os saberes periféricos como “dados a explicar” e os saberes metropolitanos como “instrumentos explicativos”.

Masini e Goulart nos oferecem o título *Grupos de Ajuda Mútua em Saúde Mental: uma análise através da Teoria da Subjetividade*, Maynardes; Pellá; Santos e Stefanello abordam *Percepções sobre a escuta terapêutica como ferramenta de cuidado em saúde mental*, Malcher focaliza *o projeto terapêutico singular pelo modelo multidimensional: considerando a pessoa, o cotidiano e os contextos ambientais*;

Paolo Borghi no texto, *o trabalho das famílias e o ônus advindo do cuidado com pessoas em sofrimento psíquico grave*, conduz leitoras e leitores a Trieste – ao coração da experiência que inspirou não apenas a Reforma Psiquiátrica Brasileira, mas os movimentos de desinstitucionalização ao redor do mundo. Borghi apresenta no relato de experiência, a gênese, o desenvolvimento e a estrutura do programa de trabalho com familiares de pessoas em sofrimento psíquico grave – iniciado em 1987 e que permanece, até hoje, como referência internacional. O texto reconstrói, com precisão histórica e densidade clínica, o percurso das abordagens psiquiátricas em relação às famílias: desde a exclusão dos familiares no modelo médico-biológico – que os encarava, no limite, como portadores hereditários da patologia ou como causadores do adoecimento de seus parentes –, passando pela valorização ambivalente do modelo psicanalítico, que reconhecia a importância das relações familiares mas as mantinha apartadas do processo terapêutico, até as intervenções psicoeducativas contemporâneas e o modelo sistêmico-relacional. Nesse percurso, a família transita de objeto de suspeita a sujeito ativo do cuidado – transformação que é, ela mesma, um capítulo da história da desinstitucionalização.

O programa descrito por Borghi organiza-se em três dimensões complementares: a psicoeducativa; a psicoterapêutica e, a de rede de solidariedade que, implica a ampliação das redes sociais, a proposta de grupos de autoajuda e o ativo combate ao isolamento. A articulação dessas três dimensões sustenta uma compreensão ampliada do cuidado em uma leitura que é, ao mesmo tempo, psicológica e política, de reconstituir a contratualidade social tanto dos usuários quanto de seus familiares – que também sofrem, também se isolam e precisam de cuidado.

O conjunto de textos deste dossiê permite vislumbrar, por entre as práticas inovadoras e os referenciais teóricos críticos, as contradições que marcam o campo da saúde mental coletiva no Brasil contemporâneo. Se a Reforma Psiquiátrica produziu transformações históricas inegáveis – a progressiva substituição dos leitos manicomial por dispositivos territoriais, a consolidação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a criação das residências terapêuticas e o reconhecimento legal dos direitos das pessoas com sofrimento psíquico –, os anos recentes têm testemunhado a fragilização dessas conquistas.

Ressaltamos que a realização III edição da escola Fraco e Franca Basaglia no Brasil e da VI **Congresso Internacional Franca and Franco Basaglia School, ocorrido em Belém, Pará, em maio de 2025** foi estratégica para focalizar processos gerais em saúde mental com o olhar para a região Norte do Brasil – e especialmente para a Amazônia, que envolveu o próprio Congresso aqui relatado.

A cobertura da RAPS no Norte é estruturalmente deficitária: segundo dados do Ministério da Saúde, a região apresenta um dos menores índices de CAPS por habitante do país. Muitos municípios de médio porte carecem de qualquer dispositivo especializado de atenção psicossocial; a imensidão territorial, a dispersão demográfica, as dificuldades de logística e a precariedade das vias de comunicação, em particular, impõem desafios que as políticas formuladas nos centros metropolitanos do Sudeste frequentemente não contemplam.

O profissional de saúde mental atuante em diferentes territorialidades ribeirinhas do Pará ou do Amazonas habita uma realidade radicalmente distinta daquela descrita nos manuais e nas diretrizes nacionais, que tendem a ser espelhar outros contextos.

A presença de povos originários e de comunidades tradicionais – ribeirinhos, quilombolas, populações de várzea – adiciona uma dimensão de complexidade irreduzível, que requerem agregar nas políticas de cuidado cosmovisões, práticas de cura e formas de compreender o sofrimento que não se encaixam nas categorias diagnósticas da psiquiatria ocidental.

Apesar dos caminhos tortuosos ocasionados por ataques diversos às políticas brasileiras para saúde mental e o cuidado no território, consideramos que o paradigma atual embasado em princípios da integralidade, equidade e respeito aos direitos humanos da pessoa em sofrimento psíquico está consolidado. Entendemos que a sociedade civil organizada não permitirá retrocessos.

No Dossiê situamos um diálogo respeitoso com os diversos saberes – o que implica romper com o etnocentrismo epistemológico que ainda organiza grande parte da formação profissional e das práticas clínicas. Com este escopo divulgamos o volume 18/2026, que se alinha as vozes e escritas, em prol do fortalecimento e continuidade da reforma em saúde mental, baseada na clínica reinventada que elege o reconhecimento da pessoa, das diversidades, do território, e do cuidado ontologicamente delineado como suportes inalienáveis.

Aproveitem a leitura e compartilhem:  
<https://www.instagram.com/revistanufen/>